

Negociação coletiva

SINTAP e Governo assinam acordo para negociar descongelamento das carreiras da AP

O SINTAP e o Ministério das Finanças assinaram esta sexta-feira, 5 de maio, um acordo para a negociação coletiva que estabelece o calendário negocial relativo às matérias importantes e urgentes da Administração Pública, entre as quais está a negociação do descongelamento das progressões nas carreiras, que deverá ser previsto nos orçamentos dos serviços para 2018 e, conseqüentemente, no próximo Orçamento do Estado.

Este é um acordo que o SINTAP considera de grande relevância e que pode ser considerado histórico, uma vez que quebrará com um período de mais de uma década durante o qual os trabalhadores da Administração Pública viram as suas carreiras completamente congeladas.

O documento agora assinado prevê, além da negociação do descongelamento das carreiras até ao final de julho, a negociação, em 2017, das seguintes matérias:

- resolução da precariedade no emprego público;
- proposta de Orçamento do Estado para 2018, no que à Administração Pública diz respeito;
- política de admissões na Administração Pública;
- regime das carreiras contributivas mais longas para efeitos de aposentaçãõ;
- acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- revisão do regime do Sistema de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP), no sentido de lhe conferir maior eficácia e desburocratizaçãõ;
- revisão das carreiras e do Acordo Coletivo de Carreiras Gerais (ACT nº1/2009);
- tabela remuneratória única e suplementos remuneratórios.

Este acordo afirma-se e surge como resultado da insistência do SINTAP, nomeadamente através do envio de cartas aos Primeiro-ministro e ao Ministro das Finanças, no sentido de dinamizar a negociação coletiva e a participação sindical na Administração Pública.

É assim um acordo no qual o Governo dá uma resposta positiva às reivindicações do **SINTAP**, dando um sinal claro de vontade negocial no sentido de, **em conjunto com as organizações sindicais, resolver todas as matérias que preocupam e mais profundamente afetam os trabalhadores da Administração Pública**, com especial enfoque para o **combate à precariedade (cuja portaria que inicia o processo extraordinário de regularização foi já publicada)**, para o **descongelamento das progressões nas carreiras e para a negociação do Orçamento do Estado para 2018, no decurso da qual avançaremos com a nossa proposta de aumentos salariais.**

Lisboa, 5 de maio de 2017